



Avaliação do Risco de Suicídio nas Forças de Segurança: Uma Abordagem Integrativa

Suicide Risk Assessment in Security Forces: An Integrative Approach

Renato da Silva Souza

Resumo: O presente estudo propõe um modelo teórico-clínico para a avaliação e intervenção do risco de suicídio nas forças de segurança, com foco particular no contexto da polícia do Estado de São Paulo. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, cruzando dados epidemiológicos com uma triangulação teórica interdisciplinar. Tendo em vista que as taxas de mortalidade por suicídio nestes profissionais superam, frequentemente, as baixas em confrontos armados, e que, estatisticamente, ultrapassam o triplo da métrica estabelecida pela OMS para classificar um estado de Alta Gravidade, além de serem cinco vezes superiores à média da população civil, argumenta-se que as abordagens preventivas tradicionais são manifestamente insuficientes. Através de uma matriz integrativa, analisa-se o fenômeno sob a ótica sociológica de Émile Durkheim (suicídio fatalista e hipervigilância disciplinar), a Fenomenologia Existencial de Viktor Frankl (vazio existencial e fusão ontológica com a farda), e a Psicologia Baseada em Evidências (Análise Experimental do Comportamento e Terapia Cognitivo-Comportamental). Discute-se como o controle aversivo, a privação de sono, longas jornadas de trabalho, incertezas e envolvimento em processos judiciais, falta de reconhecimento e integração social, distanciamento de rotinas de lazer (atividades físicas, socialização, esporte) e a dessensibilização face à morte operam como contingências que agravam o risco. Concluem-se com diretrizes para a estratificação de risco e fatores de proteção, sublinhando a necessidade de uma reestruturação das contingências institucionais.

Palavras-chave: suicídio policial; saúde mental; análise do comportamento; terapia cognitivo-comportamental; fenomenologia existencial; segurança pública.

Abstract: This study proposes a theoretical-clinical model for the assessment and intervention of suicide risk in security forces, with a particular focus on the context of the São Paulo State Police. Methodologically, the study is characterized as a narrative literature review, crossing epidemiological data with an interdisciplinary theoretical triangulation. Given that suicide mortality rates among these professionals frequently exceed casualties in armed conflicts, and statistically surpass by more than three times the metric established by the WHO to classify a state of High Severity, in addition to being five times higher than the civil population average, it is argued that traditional preventive approaches are manifestly insufficient. Through an integrative matrix, the phenomenon is analyzed from the sociological perspective of Émile Durkheim (fatalistic suicide and disciplinary hypervigilance), the Existential Phenomenology of Viktor Frankl (existential vacuum and ontological fusion with the uniform), and Evidence-Based Psychology (Experimental Analysis of Behavior and Cognitive-Behavioral Therapy). It discusses how aversive control, sleep deprivation, long working hours, uncertainties and involvement in judicial processes, lack of recognition and social integration, distancing from leisure routines (physical activities, socialization, sports), and desensitization to death operate as contingencies that aggravate the risk. It concludes with guidelines for risk stratification and protective factors, underscoring the need for a restructuring of institutional contingencies.

Keywords: police suicide; mental health; behavior analysis; cognitive-behavioral therapy; existential phenomenology; public security.

INTRODUÇÃO

A saúde mental nas forças de segurança pública constitui uma emergência epidemiológica e ocupacional. Dados sucessivos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) evidenciam uma realidade sombria e preocupante: anualmente, morrem mais policiais por suicídio do que em decorrência de confrontos armados durante o horário de serviço. No Estado de São Paulo, a prevalência de ideação e de concretização suicida nas Polícias Militares e Cíveis (e nas demais forças de segurança) ultrapassa, com frequência, a média da população geral civil (Minayo *et al.*, 2014).

Historicamente, as taxas de suicídio na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) oscilam acima de 20 casos por 100 mil habitantes no ano. Esse número não apenas é quase quatro vezes superior à média da população civil brasileira (que gira em torno de 6 a 7 por 100 mil), mas que também ultrapassa o limiar de 10 por 100 mil ao ano, taxa a partir da qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) passa a classificar o agravo como um problema de saúde pública de alta gravidade, tratando-se, na prática das forças de segurança, de um verdadeiro fenômeno epidêmico.

A conversão dos dados absolutos mais recentes expõe o agravamento deste cenário. Considerando um efetivo aproximado de 80 mil agentes em atividade, os 28 óbitos registados na PMESP no último ano (2025) traduzem-se numa taxa alarmante de 35 suicídios por cada 100 mil policiais. Este índice não só suplantava largamente a média histórica da própria corporação (que oscilava nos 20/100 mil), como representa mais do triplo do limiar de gravidade estabelecido pela OMS (10/100 mil) para classificar o problema como uma crise de saúde pública. Quando comparada com a média da população civil brasileira (aproximadamente 6 a 7/100 mil), a taxa de letalidade autoinfligida na polícia paulista revela-se cerca de cinco vezes superior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Organização Mundial da Saúde, 2021).

Estes dados recentes e recordes trágicos de suicídios entre policiais militares da ativa no estado reforçam a tese de que o controle aversivo, a privação de sono, a hipervigilância e o esvaziamento existencial da profissão não são meros estressores, mas operam como vetores letais contínuos dentro da instituição (Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2019).

Apesar desta gravidade incontestável, as intervenções institucionais tendem a focar-se em campanhas de consciencialização pontuais (como o “Setembro Amarelo”), replicando as ações públicas de cuidado que são direcionadas à sociedade civil, conseqüentemente negligenciando as variáveis ambientais, cognitivas e existenciais intrínsecas ao labor policial. Para compreender o comportamento suicida neste grupo altamente regulado, é imperativo transcender a psicopatologia indivi-

dual e analisar as contingências operantes, a estrutura de crenças e a dinâmica de coerção da corporação. Nesse sentido, este estudo propõe uma matriz integrativa que articula a sociologia clássica, a fenomenologia existencial e as ciências cognitivo-comportamentais para uma formulação de caso e avaliação de risco rigorosas.

METODOLOGIA: REVISÃO NARRATIVA E MATRIZ INTEGRATIVA

O presente estudo caracteriza-se metodologicamente como uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e exploratória. A escolha por uma abordagem narrativa justifica-se pela complexidade e multifatorialidade do objeto de estudo, o comportamento suicida nas forças de segurança. Diferente de revisões sistemáticas que respondem a perguntas quantitativas estritas, a revisão narrativa permite uma análise ampla, crítica e integrativa, essencial para costurar diferentes paradigmas teóricos e apreender o fenômeno na sua totalidade clínica e institucional.

A construção da pesquisa operou através da intersecção de dados epidemiológicos recentes, extraídos de fontes oficiais (como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e a Organização Mundial da Saúde), com uma análise teórica interdisciplinar.

A triangulação analítica desta narrativa foi estruturada em três eixos epistemológicos complementares:

Eixo Sociológico: Apoiado nas formulações clássicas de Émile Durkheim, utilizado para rastrear as dinâmicas de coerção, hipervigilância (fatalismo) e a quebra de coesão institucional (anomia).

Eixo Comportamental e Cognitivo: Fundamentado na Análise Experimental do Comportamento (B. F. Skinner) e na Terapia Cognitivo-Comportamental (Aaron Beck), aliado à Teoria Interpessoal do Suicídio (Thomas Joiner). Este eixo serviu para mapear a funcionalidade da esquiva, o controle aversivo do ambiente de trabalho, a habituação neurológica à letalidade e a rigidez dos esquemas cognitivos do policial.

Eixo Fenomenológico-Existencial: Estruturado a partir da Logoterapia de Viktor Frankl, aplicado para compreender a falência do propósito vocacional e o impacto letal do esvaziamento de sentido (vazio existencial).

A pesquisa bibliográfica priorizou literatura fundacional destas três escolas de pensamento, correlacionando-as com publicações científicas contemporâneas focadas na saúde mental ocupacional militar. O objetivo metodológico desta narrativa não é apenas sumarizar a literatura existente, mas propor uma síntese clínica original, capaz de fundamentar uma avaliação de risco mais precisa e uma práxis interventiva que transcenda a culpabilização do indivíduo, abordando as contingências do sistema em que ele opera.

A ÓTICA SOCIOLÓGICA: COERÇÃO, HIPERVIGILÂNCIA E O SUICÍDIO FATALISTA

Para compreender a fenomenologia do sofrimento policial, é necessário partir da estrutura que o engloba. Émile Durkheim (1897/2000), na sua obra seminal *O Suicídio*, tipificou o suicídio fatalista como aquele que emerge num contexto de regulação excessiva, onde o indivíduo tem o seu futuro bloqueado e as suas paixões violentamente comprimidas por uma disciplina opressiva.

As forças de segurança, particularmente sob o Regime Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), operam através de um sistema de hipervigilância. O polícia encontra-se numa estrutura panóptica: é vigiado pela sociedade civil (smartphones e câmeras privadas), pelas corregedorias (órgão correccional com função específica de fiscalizar), pelos superiores hierárquicos e, mais recentemente, pelas Câmaras Operacionais Portáteis (COPs). Embora as COPs visem a transparência legal, sob a perspectiva do trabalhador (agente de segurança), adicionam uma camada de stress agudo contínuo e intolerância à falha (Minayo, 2014).

A par deste fatalismo, observam-se fatores que também corroboram o suicídio anômico. Este ocorre perante a quebra da coesão institucional: o Estado exige do policial um comportamento heroico e ímpoluto, mas falha na contrapartida, oferecendo salários defasados, desamparo jurídico face a processos e uma constante estigmatização pública. A rutura desta reciprocidade lança o profissional num estado de anomia estrutural severa.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E TCC: O CUSTO DA ARMADURA E A DESSENSIBILIZAÇÃO

Sob a perspectiva da Análise Experimental do Comportamento (AEC), a rotina do agente de segurança é maciçamente controlada por contingências aversivas. O comportamento de “pedir ajuda” psicológica é sistemicamente punido (comportamento com tendência de extinção). Na cultura policial, procurar o departamento médico frequentemente resulta no “recolhimento” (perda do porte de arma e afastamento do serviço operacional, que acarreta severas mudanças de rotina impactando financeiramente), o que equivale a uma “punição” simbólica e à estigmatização pelos pares (Skinner, 1953). Resta ao indivíduo a esquiva experiencial (frequentemente através do abuso de álcool) ou a fuga definitiva das dores emocionais (suicídio).

Adicionalmente, a Teoria Interpessoal do Suicídio de Thomas Joiner (2005) é crucial para entender a vulnerabilidade letal deste grupo. Joiner postula a “capacidade adquirida para o suicídio”. Através da exposição repetida à violência, dor física e cadáveres, o policial sofre uma habituação neurológica e comportamental ao medo e à morte. O que posso nomear de uma dessensibilização a situações que envolvem morte ou violência extrema, assim, a barreira evolutiva contra a autolesão é desgastada, tornando a transição da ideiação para o ato letal extraordinariamente

rápida, especialmente considerando o acesso irrestrito e a proficiência no uso de armas de fogo.

No âmbito da TCC, a formação policial forja esquemas cognitivos supercompensatórios de invulnerabilidade (e.g., “O polícia não chora”, “Sou a última linha de defesa”). Quando o trauma ocupacional ou o burnout se instalam, gera-se uma dissonância cognitiva insuportável entre a crença nuclear de força e a realidade fisiológica do adoecimento. A inflexibilidade destes esquemas impede a reestruturação cognitiva adequada (Beck, 2008).

FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL: O VAZIO FARDADO E A FALÊNCIA DO SENTIDO

Se a sociologia explica a pressão estrutural e as terapias comportamentais a mecânica individual, a fenomenologia de Viktor Frankl (1946/2008) elucida o colapso do espírito. Frankl postula que a principal força motivacional humana é a “vontade de sentido”.

O ingresso na carreira policial é, na sua gênese, profundamente vocacional. Contudo, a necessidade de sobrevivência econômica empurra o profissional para jornadas de trabalho extenuantes e complementares (no caso de São Paulo, os “bicos”, a Operação Delegada e a DEJEM). O trabalho perde o seu caráter de “missão” (sentido) e reduz-se a uma máquina de desgaste físico para suprir carências materiais. Como refere Frankl, “o desespero é o sofrimento sem sentido”. Lidar com a falência do sistema judiciário/penal, que provoca incontestável sensação de “enxugar gelo” na aplicabilidade de conter criminosos, somada ao risco de morte e à punição administrativa diária, torna-se intolerável quando o propósito basilar da atividade (proteger o cidadão e combater o crime) se esvazia.

Agrava-se a este vazio a “fusão ontológica com a farda”. O indivíduo cessa de ser si mesmo no mundo (Dasein) e passa a existir exclusivamente através do papel de polícia. A perspectiva de reforma, exoneração ou de um mero afastamento psiquiátrico temporário é experienciada não como uma mudança de rotina, mas como a aniquilação do próprio Ser (pois a existência está diretamente atrelada ao Ser Policial).

ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO PREVENTIVA

Uma avaliação rigorosa e ética do risco de suicídio neste grupo não pode dissociar a clínica do estilo de vida. Mais do que um evento biopsicossocial, o comportamento suicida exige uma leitura estrutural e cultural. Historicamente, observa-se que a cultura modela a percepção da morte, como em certas sociedades orientais, onde o suicídio foi, em determinados contextos, validado como uma via honrosa e altruísta para a supressão do sofrimento moral. Fenômeno análogo ocorre em

microcosmos sociais, como nas subculturas policiais militares: a alta recorrência do ato, aliada ao sofrimento partilhado, gera uma perigosa dessensibilização. Neste ambiente restrito, o suicídio deixa de ser um tabu absoluto e passa a ser tacitamente ponderado como uma alternativa aceitável e viável para o alívio do esgotamento.

Fatores de Risco Ocupacionais Agudos:

Acesso e Letalidade: A distância entre o impulso e o ato fatal é de milissegundos.

Fadiga e Privação de Sono: Escalas de 12x36 horas somadas a turnos extras destroem a arquitetura do sono. No caso da Polícia Militar não é incomum existir agentes que além das 15 escalas ordinárias, somam 10 escalas de DEJEM e 10 escalas de Operação Delegada, a fim de complementar sua renda devido a defasagem salarial ante a inflação, totalizando 35 escalas mensais, resultando em mais escalas do que os dias disponíveis no próprio mês, trazendo como consequência um distanciamento total da convivência familiar e de qualquer opção de lazer, apontadas por Minayo *et al.* (2011) como um dos principais fatores de proteção ao contexto policial. Este profissional vive sempre entre a necessidade financeira e o amparo familiar ou autocuidado. A privação crônica de sono prejudica severamente a capacidade do córtex pré-frontal de inibir os impulsos límbicos e amigdalianos (desregulação emocional severa).

Isolamento Institucional e Processual: O envolvimento em ocorrências com resultado letal ou processos judiciais decorrentes da atuação policial, autodefesa e do próprio inconsciente/treinamento atua como gatilho agudo de desamparo e ansiedade persecutória.

Fatores de Proteção e Práxis de Intervenção:

Flexibilidade Psicológica (ACT/TCC): Intervenções focadas na “desfusão” cognitiva, auxiliando o agente a separar a sua identidade ontológica da sua identidade profissional, promovendo a tolerância à vulnerabilidade.

Logoterapia: Resgate e reorientação da “vontade de sentido” para esferas além dos muros da corporação (família, comunidade, espiritualidade, hobbies).

Rede de Apoio de Pares (Peer Support): A intervenção sistêmica mais eficaz para contornar a anomia institucional de Durkheim e a resistência clínica. Programas estruturados onde policiais acolhem outros policiais desconstruem a estigmatização da AEC, oferecendo um porto seguro não punitivo para o sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da vida nas forças de segurança exige a ruptura com o paradigma de que o adoecimento mental é uma falha de caráter ou um sinal de fraqueza operacional. O suicídio policial é o sintoma final de uma complexa rede de contingências aversivas, desgaste existencial e isolamento institucional. Intervenções

baseadas em evidências devem focar-se não apenas no fortalecimento psicológico do indivíduo, mas essencialmente numa reengenharia ética das contingências laborais. Negligenciar o peso da máquina administrativa sobre a cognição e o propósito do agente de segurança não é apenas uma falha técnica, é uma negligência institucional com consequências fatais.

REFERÊNCIAS

Beck, A. T., & Alford, B. A. (2008). *Depression: Causes and Treatment*. University of Pennsylvania Press.

Durkheim, É. (2000). *O Suicídio: Estudo de Sociologia* (Trad. M. I. de Carvalho). Presença. (Obra original publicada em 1897).

Frankl, V. E. (2008). *Em Busca de Sentido: Um psicólogo no campo de concentração*. Vozes. (Obra original publicada em 1946).

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP.

Joiner, T. (2005). *Why People Die by Suicide*. Harvard University Press.

Minayo, M. C. S., Assis, S. G., & Oliveira, R. V. C. (2011). *Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4), 2199–2209.

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. (2019). *Uma Análise Crítica Sobre Suicídio Policial*. São Paulo: Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP).

Souza, R. da S. *Ideação suicida: um diálogo entre a sociologia de Durkheim e a intervenção psicológica na perspectiva existencial*. *Revista Acadêmica Online*, 2026.

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Macmillan.